ANTENA

Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SÍNTESE SEMANAL DA ATUALIDADE EUROPEIA

Destinatários:
Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

232 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 3 a 7 de março de 2025

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO - DEFESA E UCRÂNIA **1**
Defesa europeia 1
Ucrânia 2
Outros desenvolvimentos 3
2. OCDE - FÓRUM SOBRE DESENVOLVIMENTO, PAZ E ESTABILIDADE **3**
3. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU **6**
Habitação 6
4. COMISSÃO - UMA UNIÃO DAS COMPETÊNCIAS **6**
5. COMISSÃO - SETOR AUTOMÓVEL **7**
6. RELATÓRIO ANUAL DA PROCURADORIA EUROPEIA **8**
7. CONSELHO DA EUROPA - LIBERDADE DE IMPRENSA **8**
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE **9**
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA **9**
Conselho Europeu 9
Parlamento Europeu 9
Comissão Europeia 9
Conselho da UE 9

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO - DEFESA E UCRÂNIA

No dia 6 de março, realizou-se uma reunião extraordinária do Conselho Europeu dedicada aos temas de **defesa e ao apoio à Ucrânia.** Nos termos da carta de convite (aqui) do Presidente do Conselho Europeu, António Costa, o objetivo era "*dar seguimento*" à jornada de reflexão informal de 3 de fevereiro, de modo a tomar *"as primeiras decisões a curto prazo, para que a Europa se torne mais soberana, mais capaz e mais bem preparada para enfrentar os desafios imediatos e futuros à sua segurança.*" Por outro lado, e no que diz respeito à Ucrânia, notava-se que *"existe uma nova dinâmica que deverá conduzir a uma paz abrangente, justa e duradoura*" e que *"Por conseguinte, é importante que troquemos pontos de vista sobre a forma de continuar a apoiar a Ucrânia e sobre os princípios que deverão ser respeitados no processo.*" Finalizava-se, afirmando que *"A UE e os seus Estados-Membros estão prontos a assumir maior responsabilidade pela segurança da Europa."*

Foram adotadas **Conclusões sobre a Defesa europeia (aqui) e sobre a Ucrânia (aqui)**.

Defesa europeia

No que diz respeito à **Defesa**, o Conselho Europeu sublinhou que, em resposta à agressão russa, a UE deve ser mais soberana e independente na sua defesa. Para tal, precisa de fortalecer as suas capacidades de defesa, reduzir dependências estratégicas e colmatar lacunas críticas no seu aparato militar e tecnológico, além de impulsionar a competitividade industrial e tecnológica europeia. O ponto 3 das Conclusões é dedicado ao aumento dos gastos e mobilização de fontes de financiamento, sendo que o Conselho propõe uma série de medidas e ações, que incluem:

a) Ativação da Cláusula de Escape Nacional do Pacto de Estabilidade e Crescimento

O Conselho acolhe positivamente a intenção da Comissão de recomendar a ativação coordenada da cláusula de escape nacional, uma medida imediata para flexibilizar os limites orçamentais e permitir um aumento substancial dos gastos em defesa a nível nacional. Esta ação visa ajudar os Estados-Membros a aumentar os seus investimentos em defesa sem comprometer a sustentabilidade da dívida pública. Além disso, a Comissão é incentivada a explorar outras medidas, levando em conta as opiniões do Conselho, para facilitar gastos significativos em defesa em todos os Estados-Membros.

b) Propostas de Novas Fontes de Financiamento para a Defesa

O Conselho convida a Comissão a identificar fontes adicionais de financiamento para a defesa a nível da UE, propondo possibilidades e incentivos para os Estados-Membros utilizarem os fundos existentes da UE de forma mais eficaz. A Comissão também é chamada a apresentar rapidamente propostas concretas que permitam um aumento significativo dos fundos para a defesa.

c**) Proposta de Empréstimos para os Estados-Membros**

A Comissão pretende propor um novo instrumento financeiro da UE que permitiria aos Estados-Membros aceder a empréstimos respaldados pelo orçamento da UE, no valor de até 150 mil milhões de euros por ano. O Conselho é convidado a analisar esta proposta com urgência, visto que tal medida pode fornecer aos Estados-Membros a flexibilidade necessária para financiar os seus programas de defesa sem comprometer as suas finanças públicas.

d) Apoio do Banco Europeu de Investimento

O Conselho saudou a recente carta do Presidente do Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI), que manifesta a intenção de aumentar o apoio à indústria de segurança e defesa europeia, ao mesmo tempo que assegura a sua capacidade de financiamento. O Conselho pede à administração do BEI que reveja as suas práticas de empréstimos à indústria de defesa, aumentando o volume de financiamento disponível e reavaliando a lista de atividades excluídas, com o objetivo de proporcionar mais recursos para o setor.

e) Mobilização de Financiamento Privado para a Indústria de Defesa

O Conselho também sublinha a importância de atrair financiamento privado para a indústria de defesa da UE, considerando medidas para sinalizar aos investidores privados a relevância estratégica da indústria de defesa para o futuro da Europa.

f) Áreas Prioritárias para Ação em Capacidades de Defesa

O Conselho identificou áreas prioritárias para ação no domínio das capacidades de defesa, com base nas lições aprendidas durante a guerra na Ucrânia: defesa aérea e de mísseis, sistemas de artilharia de precisão, mísseis e munições, drones e sistemas anti-drones, capacidade de mobilidade militar, cibersegurança, inteligência artificial e guerra eletrónica. A implementação dessas capacidades deve ser alinhada com o trabalho já realizado pela Agência Europeia de Defesa e em total coerência com a NATO.

g) Coordenação de Compras e Produção Conjunta

O Conselho também destaca a importância de uma maior coordenação na agregação da procura, na harmonização de requisitos e na aquisição conjunta de equipamentos de defesa, com o objetivo de reduzir custos, garantir a interoperabilidade e facilitar o acesso da indústria europeia, incluindo PME e empresas de médio porte, a mercados de defesa transnacionais.

h) Revisão de Processos e Apoio à Indústria de Defesa

O Conselho convida a Agência Europeia de Defesa, em colaboração com o Alto Representante, a Comissão e os Estados-Membros, a realizar uma revisão urgente dos processos adequados para melhorar a agilidade da indústria de defesa, incluindo a simplificação do quadro jurídico e administrativo, particularmente em áreas como contratos públicos e cooperação industrial.

Por outro lado, o Conselho reafirma que uma União Europeia mais forte e capaz em termos de segurança e defesa contribui positivamente para a segurança global e transatlântica, sendo complementar à NATO. Finalmente, o Conselho aguarda com expectativa a apresentação de um Livro Branco sobre o Futuro da Defesa Europeia, previsto para 19 de março, véspera do próximo Conselho Europeu.

Recorde-se que, na véspera do Conselho, a Presidente da Comissão Europeia havia apresentado o Plano ReArm Europe (detalhe aqui), a que as Conclusões do Conselho fazem alusão. Segundo a Comissão, este Plano poderá mobilizar cerca de 800 mil milhões de euros.

Ucrânia

Sobre a Ucrânia, **não foi possível chegar a um consenso no Conselho sobre o teor do texto das Conclusões, por oposição da Hungria**, sendo que se enfatiza que o texto constante do documento EUCO 10/25 foi firmemente apoiado por 26 Chefes de Estado ou de Governo (aqui).

O Conselho Europeu realizou uma troca de opiniões com Volodymyr Zelenskyy, Presidente da Ucrânia, abordando os desenvolvimentos mais recentes relacionados com o conflito em curso. O Conselho Europeu destaca os seguintes princípios para a negociação de uma paz abrangente, justa e duradoura:

- Participação da Ucrânia nas negociações: Não pode haver negociações sobre a Ucrânia sem a sua participação.
- Segurança Europeia: A segurança da Ucrânia, da Europa, e da transatlântica estão interligadas, e a Europa deve estar envolvida em qualquer negociação que afete a segurança do continente.
- Trégua e Cessar-fogo: Estes só podem ocorrer no contexto de um acordo de paz abrangente.
- Garantias de Segurança para a Ucrânia: O acordo de paz deve ser acompanhado de garantias de segurança robustas para a Ucrânia, a fim de dissuadir futuras agressões da Rússia.

- Respeito pela Soberania Ucraniana: A paz deve respeitar a independência e integridade territorial da Ucrânia.

O Conselho Europeu sublinha que a Ucrânia precisa de estar na posição militar mais forte possível, com capacidades robustas de defesa antes, durante e após as negociações, e que a UE continuará a fornecer apoio político, financeiro, económico, humanitário, militar e diplomático, em coordenação com parceiros e aliados. Em 2025, a União Europeia compromete-se a fornecer 30,6 mil milhões de euros para a Ucrânia, dos quais 12,5 mil milhões serão desembolsados pelo "Ukraine Facility" e 18,1 mil milhões pelo G7 ERA, repagos através dos lucros extraordinários de ativos russos imobilizados.

Foi incluído um parágrafo em que o Conselho apelou à Comissão, à Eslováquia e à Ucrânia para intensificar os esforços em busca de soluções viáveis para a questão do trânsito de gás, levando em consideração as preocupações da Eslováquia.

Outros desenvolvimentos

Esta semana, o Presidente francês, Emmanuel Macron, proferiu declarações significativas sobre a estratégia nuclear da França e a segurança europeia, numa alocução televisiva que pode ser vista aqui.

Macron prometeu *"investimentos adicionais"* na área da defesa, *"tendo em conta a evolução das ameaças"*, garantindo, no entanto, que isso será feito *"sem aumento de impostos"*. Quanto à **dissuasão nuclear**, o chefe de Estado francês afirmou: ***"Decidi abrir o debate estratégico sobre a proteção dos nossos aliados do continente europeu pela nossa dissuasão."***Emmanuel Macron afirmou que *"a ameaça russa está presente"* e *"nos afeta"*, sem *"conhecer fronteiras"*, considerando que "*diante deste mundo de perigo, ser espectador seria uma loucura"*.
Por seu lado, Friedrich Merz, o provável próximo chanceler da Alemanha, afirmou que a defesa da Alemanha deve ser tratada com a máxima urgência, utilizando o lema *"fazer tudo o que for necessário*.", tendo em conta as ameaças à liberdade e à paz no continente europeu. Para tal, esta semana Merz chegou a acordo com o SPD (Partido Social Democrata, S&D) alemão para apresentar ao (atual) Parlamento alemão uma proposta de alteração constitucional à chamada regra do *"travão da dívida"*, abrindo caminho a duas medidas estruturais: i) **isentar os gastos com defesa acima de 1% do PIB do rigoroso limite constitucional de endividamento da Alemanha; ii) e criar um veículo financeiro fora do balanço de 500 mil milhões de euros para investimentos em infraestrutura financiados por dívida, flexibilizando também as regras de endividamento para os estados.**

O objetivo deste acordo é que estas alterações possam ser aprovadas pelo Parlamento alemão **ainda este mês**, antes de os novos Deputados tomarem posse na sequência das eleições de 23 de fevereiro. O acordo entre o grupo CDU/CSU de Merz e o SPD ainda necessita do apoio do partido Verde para alcançar a maioria de dois terços necessária para alterar a constituição. Recorde-se que a AfD e o Die Linke conquistaram uma minoria de bloqueio nas eleições de 23 de fevereiro e podem impedir qualquer alteração constitucional no próximo período

2. OCDE - FÓRUM SOBRE DESENVOLVIMENTO, PAZ E ESTABILIDADE

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) organizou, nos dias 5 e 6 de março, em Paris, um **Fórum sobre Desenvolvimento, Paz e Estabilidad**e, para debater as questões relacionadas com o tema da **fragilidade global**. Esta edição assinala os 25 anos de trabalho da OCDE em contextos de fragilidade, reunindo líderes internacionais, organizações multilaterais e representantes de estados mais fragilizados para discutir soluções práticas, baseadas em evidências, para desafios globais complexos (detalhes aqui). O evento visava quebrar a tendência de respostas tecnocráticas e redefinir a forma como o

desenvolvimento, a paz e a segurança são tratados nas regiões mais vulneráveis, ajustando as práticas internacionais às realidades locais.

O Fórum reuniu cerca de 150 participantes de diferentes setores, incluindo políticos, acadêmicos, representantes de organizações internacionais, da sociedade civil, e das comunidades afetadas diretamente pela fragilidade.

A Assembleia da República foi o primeiro Parlamento nacional a responder ao convite formulado pela OCDE para participar nestes trabalhos, tendo sido representada por uma **delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesa, composta pelo Senhor Vice-Presidente da AR, Rodrigo Saraiva (IL) e pelo Senhor Deputado Paulo Edson da Cunha (PSD).**

Este Fórum foi promovido pela Rede Internacional sobre Conflitos e Fragilidade (INCAF), que reúne os membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE que trabalham em contextos frágeis e afectados por conflitos, bem como as principais agências multilaterais que os apoiam (detalhe aqui). Esta iniciativa, que foi a primeira do género, surgiu como uma resposta direta aos crescentes desafios de coordenação entre as abordagens humanitária, de desenvolvimento e de paz, a chamada Nexus HDP (Humanitarian-Development-Peace). A falha em alinhar essas abordagens eficazmente em contextos frágeis levou a uma série de falhas em políticas públicas, além da criação de um ciclo vicioso de fragilidade que afeta diretamente as populações mais vulneráveis. Por conseguinte, os principais objetivos do Fórum eram:

- **Identificar lacunas entre as abordagens de desenvolvimento, paz e segurança** para definir uma nova agenda política orientada por evidências e mais politicamente focada para 2025.
- **Considerar a procura atual e futura de análises de fragilidade**, num cenário global onde a competição pelo desenvolvimento tem se intensificado.
- **Priorizar parcerias políticas e operacionais** num ambiente global de desenvolvimento competitivo, com ênfase na necessidade de maior colaboração interinstitucional.

Os trabalhos do Fórum basearam-se no relatório **States of Fragility 2025: Análise e Tendências Globais** (disponível aqui), que apresenta uma análise aprofundada das tendências globais de fragilidade e o impacto dessas condições no desenvolvimento sustentável.

A **fragilidade é a combinação da exposição ao risco com a insuficiente capacidade de resistência de um Estado, sistema e/ou comunidade para gerir, absorver ou atenuar esses riscos**. Este relatório marca uma evolução significativa ao focar não apenas nos estados frágeis, mas em todas as formas de fragilidade, reconhecendo que esta é um fenómeno universal que afeta diversos países de maneiras distintas. O relatório de 2025 examina também como a fragilidade impede a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente nas áreas de paz, justiça e igualdade de género. De acordo com os dados, **61 contextos**

globais, representando 25% da população mundial, estão expostos a **altos níveis de fragilida**de, e estes países abrigam **72% da população** global em extrema pobreza. O relatório projeta que até 2040, 92% da população extremamente pobre viverá em contextos de alta ou extrema fragilidade.

São identificadas as seguintes **tendências de Fragilidade:**

- **Aumento na violência e nos conflitos armados**, com destaque para as regiões do Sahel, Oriente Médio e África Subsaariana.
- **Crescimento da desigualdade** e **agudização da pobreza extrema**, com uma crescente desconexão entre as economias resilientes e os contextos mais frágeis.
- **Retração no progresso de diversas metas dos ODS**, como erradicação da pobreza (SDG 1), igualdade de género (SDG 5), e paz, justiça e instituições eficazes (SDG 16).
- **Mudanças climáticas exacerbando fragilidades existentes**, especialmente nas regiões mais vulneráveis ao aumento de desastres naturais, desertificação e insegurança alimentar.

O relatório organiza-se em torno de seis dimensões centrais da fragilidade, cada uma delas interligada e com implicações diretas para a implementação dos ODS:

1. **Económica**: Contextos de alta fragilidade enfrentam desafios económicos profundos, como crescimento estagnado, elevados níveis de endividamento público, inflação crescente e dependência de sectores extrativistas. O relatório observa que muitos países em fragilidade extrema enfrentam dificuldades para recuperar-se dos efeitos da pandemia de COVID-19.
2. **Política**: A fragilidade política é uma das dimensões que mais cresceu desde 2015, com um aumento da autocratização e o fortalecimento de regimes autocráticos. Em muitas regiões, houve um retrocesso nos direitos políticos, com a supressão de liberdades civis e direitos de expressão.
3. **Segurança**: A instabilidade política frequentemente leva ao agravamento das condições de segurança, com uma notável concentração de conflitos armados em países frágeis. O aumento das tensões geopolíticas também contribui para a piora das condições de segurança, com a proliferação de violência estatal e não estatal.
4. **Social**: O aumento da desigualdade social e a incapacidade de fornecer serviços essenciais de saúde, educação e protecção social são desafios centrais para os contextos frágeis. O relatório também destaca o aumento das taxas de violência de género, especialmente em regimes autocráticos.
5. **Ambiental**: A fragilidade ambiental, exacerbada por eventos climáticos extremos e o esgotamento de recursos naturais, é uma das maiores ameaças à estabilidade em muitas regiões. O impacto das mudanças climáticas está directamente relacionado à insegurança alimentar e ao deslocamento forçado de populações.
6. **Humana**: O impacto humano da fragilidade é evidente nas altas taxas de deslocamento forçado, insegurança alimentar e a falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação. O relatório também aborda como a falta de desenvolvimento humano perpetua o ciclo de fragilidade e impede a realização dos ODS.

O relatório enfatiza a importância de uma **resposta coordenada** entre governos, organizações multilaterais e a sociedade civil para enfrentar a fragilidade. Um dos maiores desafios identificados é a **desconexão entre as agendas de desenvolvimento, paz e segurança**, que muitas vezes operam de forma isolada e sem sinergia. Para que os ODS sejam alcançados, é necessário **uma abordagem holística e integrada** que combine o desenvolvimento económico, a construção da paz e a promoção da segurança.

No que diz respeito ao envolvimento dos Parlamentos nacionais, e com especial relevância para o trabalho subsequente que a AR poderá fazer neste domínio, foram suscitadas as seguintes questões para reflexão:

- Como é que os Deputados utilizam atualmente a análise da OCDE no seu trabalho?

- Como é que se pode aumentar a relevância e a acessibilidade da análise da OCDE para melhor satisfazer as necessidades dos parlamentares ?na definição das políticas?

- Quais são os principais desafios que os deputados enfrentam quando interpretam e aplicam a análise da OCDE no seu trabalho legislativo, e como os podemos abordar?

- Como podemos reforçar a colaboração entre os parlamentares e a OCDE?

- Quais são as principais oportunidades para os parlamentares se envolverem no domínio do desenvolvimento e cooperação e como podem aproveitar a análise da OCDE para esse efeito?

3. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

Habitação

Na segunda-feira, dia 3 de março, a Comissão especial do Parlamento Europeu para a crise da habitação na UE promoveu uma audição com o Comissário Europeu da Energia e da Habitação, Dan Jørgensen, sobre os planos da Comissão Europeia para tornar a habitação mais acessível na UE, aumentando a oferta e a procura e combatendo os arrendamentos turísticos de curta duração e o seu impacto nos preços das rendas (vídeo aqui). A presidente Irene Tinagli (S&D, Itália) relembrou o mandato muito claro da Comissão da Habitação: *"Temos de responder a todos estes desafios"* e "*assegurar que o financiamento privado e público está a um nível adequado"*.

Na sua intervenção inicial (aqui), o Comissário delineou as vias em que a Comissão tenciona trabalhar. Em primeiro lugar, no que se refere ao financiamento, visitará esta semana o Banco Europeu de Investimento no Luxemburgo para apresentar as primeiras ideias da plataforma pan-europeia que está a ser estudada para impulsionar o investimento na habitação.

Referiu que *"O trabalho já começou (...), em estreita colaboração com os meus colegas do nosso novo Grupo de Comissários para a Habitação. E, desde 1 de fevereiro, estou também a contar com uma nova Task Force para a Habitação no seio da Comissão."* Referiu que o Plano de Habitação Acessível deve ser elaborado com todas as regiões, cidades, comunidades rurais e zonas ultraperiféricas da Europa, e que será particularmente importante organizar um Diálogo com os Jovens sobre a habitação..

Quanto ao calendário das propostas concretas, o Comissário indicou que estas só chegarão após as recomendações da task force, a fim de serem integradas nos trabalhos do PE. "*Mas não vai demorar um ano",* tranquilizando os Deputados, preocupados com o facto de o princípio de um plano de habitação não ter sido incluído no programa de trabalho da Comissão para 2025.

4. COMISSÃO - UMA UNIÃO DAS COMPETÊNCIAS

A Comissão Europeia apresentou esta semana uma **Comunicação sobre Uma União das Competências**, que é uma iniciativa estratégica para fortalecer o capital humano da União e melhorar a competitividade da UE. Esta iniciativa (detalhe aqui) tem como objetivos:

1. **Melhoria das competências básicas**: Através de programas piloto para apoiar competências fundamentais, como literacia e matemática, além de iniciativas como a Garantia de Competências para adultos em constante requalificação.
2. **Apoio ao desenvolvimento contínuo de competências**: Criando oportunidades ao longo da vida para que os cidadãos europeus melhorem suas competências, incluindo um projeto-piloto para trabalhadores afetados por reestruturações e em risco de desemprego.
3. **Portabilidade das competências:** Facilitando o reconhecimento e aceitação das competências adquiridas em diferentes países da UE, com uma iniciativa de portabilidade de competências e o uso de credenciais digitais.
4. **Atração e retenção de talentos:** Através da iniciativa "Choose Europe", destinada a atrair os melhores talentos globais, e a criação de uma Reserva de Talentos da UE para recrutar profissionais qualificados, particularmente em áreas com carência de mão-de-obra.
5. **Apoio à governação**: A criação de um Conselho Europeu de Alto Nível sobre as Competências, com o apoio de um Observatório Europeu de Informações sobre Competências, permitirá coordenar ações e fornecer dados e previsões para antecipar as necessidades de competências no mercado de trabalho.

A Comissão Europeia propôs novas metas até 2030 para melhorar a educação e formação nas áreas de literacia, matemática, ciências, competências digitais, e nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), com o objetivo de atrair mais raparigas e mulheres para estas áreas, melhorar a preparação para as transições digitais e de tecnologias limpas, e aumentar o número de estudantes nestes domínios. Além disso, as metas incluem aumentar a proporção de estudantes em áreas CTEM no ensino superior e programas de doutoramento. Para mais informações: Sítio Web da União das competências, Perguntas e respostas, Ficha informativa sobre a União das competências e Desenvolvimento de competências, escassez de mão de obra e de competências — fichas informativas sobre os 27 Estados-Membros (Cedefop).

5. COMISSÃO - SETOR AUTOMÓVEL

O setor automóvel europeu enfrenta desafios significativos devido à rápida evolução tecnológica e ao aumento da concorrência global. Em resposta a esses desafios, a Comissão apresentou esta semana um plano de ação, que se baseia no diálogo estratégico, e apresenta ações concretas que assegurarão um setor automóvel sólido e sustentável e ajudarão a libertar o seu poder inovador. A fim de manter uma forte base de produção europeia e evitar dependências estratégicas, disponibilizaremos 1,8 mil milhões de EUR para criar uma cadeia de abastecimento segura e competitiva de matérias-primas para baterias, o que ajudará a apoiar o crescimento da indústria automóvel europeia. Este plano inclui várias medidas-chave:

1. Inovação e Transição para a Mobilidade Limpa: A Comissão Europeia propôs acelerar a inovação para veículos alimentados por IA, conectados e autónomos. Para isso, será criada uma Aliança Europeia de Veículos Conectados e Autónomos e será oferecido apoio financeiro (mil milhões de euros) para o desenvolvimento de software e hardware necessários. Além disso, serão estabelecidos bancos de ensaio e "caixas de areia" regulamentares para testar e aprimorar tecnologias de veículos autónomos.
2. Flexibilidade nas Normas de CO2: A Comissão reconheceu a necessidade de maior flexibilidade no cumprimento das normas de CO2. Uma proposta de alteração ao Regulamento das Normas de CO2 permitirá aos fabricantes de automóveis cumprir os objetivos ao longo de um período de três anos (2025-2027), oferecendo uma compensação por insuficiências num ou dois anos, sem prejudicar as metas de longo prazo.

3. Promoção de Veículos com Emissões Zero: O plano inclui incentivos para promover a transição para veículos com emissões zero, além de medidas para aumentar a confiança dos consumidores, como melhorar a saúde e a reparabilidade das baterias.
4. Fortalecimento da Cadeia de Abastecimento de Baterias: Para garantir uma produção competitiva de células e baterias na UE, a Comissão destinará 1,8 mil milhões de euros para criar uma cadeia de abastecimento segura e competitiva. O apoio à indústria de baterias será essencial para garantir uma base de produção forte e evitar dependências estratégicas.
5. Apoio à Resiliência dos Trabalhadores e do Setor: A Comissão está a desenvolver o Observatório Europeu da Transição Justa para apoiar os trabalhadores do setor automóvel e ajudar na identificação de lacunas de competências. Além disso, será aumentado o financiamento para programas de requalificação profissional através do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), permitindo que os trabalhadores se ajustem às mudanças na indústria.
6. Concorrência Global e Defesa Comercial: Para enfrentar a concorrência global, a Comissão implementará medidas de defesa comercial, como anti subvenções, para proteger as empresas europeias de práticas desleais. Também continuará as negociações com parceiros internacionais para melhorar o acesso ao mercado e as oportunidades de fornecimento para a indústria automóvel da UE.

Este plano de ação resulta de um processo inclusivo e colaborativo, baseado em diálogos estratégicos e consultas públicas, com o objetivo de garantir que a indústria automóvel da Europa seja competitiva, sustentável e inovadora, beneficiando cidadãos, economia e ambiente. Para mais informações, consultar Perguntas e respostas; Ficha informativa – Plano de ação sobre o futuro do setor automóvel e Ficha informativa – Descarbonizar as frotas empresariais.

6. RELATÓRIO ANUAL DA PROCURADORIA EUROPEIA

Foi publicado, esta semana, o relatório anual da Procuradoria Europeia (EPPO, no acrónimo em língua inglesa) relativo a 2024, disponível aqui. Salienta-se que, *"Até 31 de dezembro de 2024, tínhamos 2 666 investigações ativas, com prejuízos estimados em mais de 24,8 mil milhões de euros. Com prejuízos estimados em 13,15 mil milhões de EUR, a fraude ao IVA representou mais de 53 % dos prejuízos totais estimados sob investigação no final de 2024. A percentagem de inquéritos com dimensão transfronteiriça (atos cometidos no território de vários países ou que causaram danos a vários países) manteve-se estável (29 %). Os juízes concederam aos Procuradores Europeus Delegados decisões de congelamento no valor de 2,42 mil milhões de euros, enquanto o valor dos bens congelados durante o ano ascendeu a 849 milhões de euros."* Os dados por país podem ser consultados em 2024 em números | Procuradoria Europeia, estando os números relativos a Portugal disponíveis aqui.

7. CONSELHO DA EUROPA - LIBERDADE DE IMPRENSA

Foi publicado esta semana, pela Plataforma para a Segurança dos Jornalistas do Conselho da Europa, o *"Relatório Anual sobre a Liberdade de Imprensa na Europa"*, designado *"2024: Enfrentar a pressão política, a desinformação e a erosão da independência dos meios de comunicação social"*. Está disponível aqui.

O relatório regista 266 denúncias - um número comparável ao de 2023 - e manifesta a sua preocupação com o aumento dos ataques à integridade física dos jornalistas, ligados em particular à guerra na Ucrânia. As repercussões da guerra de Gaza na opinião pública europeia também afetaram a liberdade de imprensa, como demonstram os numerosos casos de assédio e ameaças contra jornalistas na Suécia, Dinamarca, Alemanha, Itália e Reino Unido. A Geórgia registou o maior aumento de alertas em 2024 - mais do que triplicou - principalmente devido a ataques a jornalistas em manifestações pró-UE.

Os países com mais alertas foram a Ucrânia (40), onde a maioria das violações ocorreu em territórios ocupados pela Rússia ou foi atribuída a forças russas; a Rússia (32); a Turquia (28); a Sérvia (20); e a Geórgia (18).

O relatório identifica também como ameaças graves a vigilância digital dos jornalistas, a sua repressão transnacional - principalmente pela Rússia e pela Bielorrússia - e a tendência dos governos de certos países para se apropriarem dos meios de comunicação social.

Nas suas recomendações, as organizações parceiras da plataforma (ONG de defesa da liberdade de imprensa e associações de jornalistas) apelam ao Conselho da Europa, à Comissão Europeia e aos Estados-Membros para que façam uma melhor utilização do "*Relatório sobre o Estado de Direito na UE*" no que diz respeito à aplicação da diretiva contra os processos SLAPP (Strategic lawsuits against public participation) e do regulamento europeu sobre a liberdade dos meios de comunicação social.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: Reunião informal dos ministros das Telecomunicações, Reunião do Conselho (Justiça e Assuntos Internos) sobre Assuntos Internos e sobre Justiça.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível aqui.

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a sessão plenária do PE, em Estrasburgo. É possível que Volodymyr Zelenskyy, Presidente da Ucrânia, esteja presente nesta sessão, o que ainda carece de confirmação. São de destacar os seguintes debates: apoio à Ucrânia e futuro da defesa na UE, após o Conselho Europeu de 6 de março com António Costa e Ursula von der Leyen; debate e resolução para aumento da ajuda financeira e militar à Ucrânia; debate sobre nova abordagem da UE sobre regresso dos migrantes, entre outros.

Comissão Europeia

A próxima reunião terá lugar a 11 de março, destacando-se a **Lei dos Medicamentos Críticos** e **Nova abordagem comum em matéria de regressos (migrações).**

Conselho da UE

O calendário completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 10 de março - Eurogrupo; Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Política Social e Reunião informal dos ministros da Investigação; 11 de março:Conselho ECOFIN; ; 12 de março - Conselho (Competitividade – Mercado Interno e Indústria).

Bruxelas | 7 de março de 2025

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.